

## REFLEXOS DA GUERRA PENINSULAR OU DA INDEPENDENCIA NO BRASIL

António PIRES VENTURA<sup>1</sup>

É curioso como a mesma realidade pode ter designações diferentes. O tema genérico deste ciclo de conferências é a Guerra da Independência e a América. Guerra da Independência que, em Portugal ou na Grã-Bretanha, é conhecida como Guerra Peninsular. Ambas as expressões estão correctas quanto ao seu significado. Geograficamente, é uma guerra que abrangeu a totalidade da Península Ibérica, os dois Estados peninsulares mais a França e a Inglaterra. No que respeita à Espanha, ela assumiu, inegavelmente, características de uma luta pela independência.

Como nos foi pedido, passamos abordar o tema da Guerra Peninsular e a América Portuguesa.

Em 12 de Novembro de 1807, o exército francês junto a Salamanca dirige-se para Sul para Alcântara. O 2.º Corpo de Observação da Gironda, comandado pelo general Dupont, entra em Espanha, de acordo com o artigo 6.º da convenção secreta, anexa ao Tratado de Fontainebleau, dirigindo-se para Vitoria, depois para Burgos e em seguida Valladolid. No dia 16 de Novembro a frota britânica de Sir Sidney Smith chega à foz do Tejo e, no dia seguinte, as primeiras tropas francesas entram em Portugal, pela fronteira de Segura, na Beira Baixa. No dia 22, o embaixador da Grã-Bretanha, Lorde Strangford, apresenta um Ultimato para o embarque da Família Real. A 26 de Novembro, o príncipe Regente publica um decreto onde justifica a sua decisão:

Decreto

«Vejo que pelo interior do Meu Reino marcham Tropas do Imperador dos Franceses e Rei de Itália, a quem Eu Me havia unido no Continente, na

---

<sup>1</sup> Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História.

persuasão de não ser mais inquietado, e que as mesmas se dirigem a esta Capital:, E querendo Eu evitar as funestas consequências que se podem seguir de uma defesa., que seria mais nociva, que proveitosa, servindo só de derramar sangue em prejuízo da humanidade, e capaz de acender mais. a dissensão de umas tropas que tem transitado por este Reino com o anúncio e promessa de não cometerem a menor hostilidade; conhecendo igualmente que elas se dirigem muito particularmente contra a Minha Real Pessoa, e que os Meus Leais Vassallos serão menos inquietados, ausentando-me Eu deste Reino; tenho resolvido, em beneficio dos mesmos Meus, Vassallos:, passar com a Rainha Minha Senhora e Mãe e com toda a Real Família para os Estados da América, e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro até á Paz Geral»<sup>2</sup>.

Enquanto em Espanha, Carlos IV e Fernando VII serão mantidos como reféns por Napoleão, obrigados a assinar as Abdicações de Baiona, o que se passou em Portugal foi completamente diferente, uma vez que a transferência da Família Real para o Brasil preservou a legitimidade e impediu que em Portugal ocorresse outra abdicação forçada e a colocação no trono de um rei títere.

#### *A transferência da Corte portuguesa para a América*

A 27 de Novembro o Príncipe Regente D. João e a Corte embarcavam para o Brasil, partindo no dia 29. A 10 de Janeiro de 1808, pelas 11 horas da manhã, a frota que levava a corte para o Brasil, cruzava a linha do Equador. D. Maria I e o Príncipe Regente tornavam-se os primeiros monarcas europeus a passar para o hemisfério austral.

Este acto não foi obra do acaso nem de uma decisão súbita. Assentava na convenção secreta de 22 de Outubro de 1807 assinada em Londres, pela qual o Príncipe Regente de Portugal se declarava disposto a mudar a sede da monarquia para o Brasil. Interessava à Inglaterra franquear a colónia portuguesa ao seu próprio comércio e navegação. O receio de que Napoleão afastasse a Casa de Bragança do trono português favoreceu as pretensões britânicas.

Ratificada por Portugal a 8 de Novembro e pela Inglaterra a 19 de Dezembro, a convenção consignava no seu artigo VI: «Uma vez que se ache estabelecida a sede da Monarquia Portuguesa no Brasil, obrigasse S. M.

---

<sup>2</sup> *Colecção dos Decretos, Avisos, Ordens, Editais etc. etc. que foram impressos e expedidos a diversas repartições do Reino de Portugal desde 20 de Outubro de 1807 até 16 de Agosto de 1808 em que existiu o Governo intruso dos Franceses*, Lisboa, na Impressão Régia, 1808, s/ n/.

Britânica, em Seu nome e no de Seus sucessores, a não reconhecer jornais como Rei de Portugal príncipe algum que não seja o herdeiro e representante legítimo da Família Real de Bragança; e mesmo a renovar e manter com a Regência que S. A. Real puder deixar estabelecida em Portugal, antes de partir para o Brasil, as relações de amizade que têm há tanto tempo ligado as duas Coroas de Portugal e da Grã-Bretanha».

Em 29 de Fevereiro de 1808, logo à chegada ao Rio, foi declarada a abertura dos portos do Brasil às «nações amigas», um eufemismo para designar a Inglaterra<sup>3</sup>...

#### *A Corte portuguesa no Brasil*

Foram duas as principais vertentes da política externa do Príncipe Regente D. João no Brasil. A primeira foi a invasão da Guiana Francesa; a segunda, a questão cisplatina, que culminaria com a anexação da Banda Oriental do Uruguai ao território brasileiro. Aquilo que torna apenas aparente a diversidade das duas vertentes referidas é o facto de, em última análise, ambas apresentarem, na sua origem, a motivação das Casas de Bragança e de Bourbon nelas envolvidas: reacção perante um avanço francês, não tanto de imperialismo napoleónico mas do alastramento das ideias da Revolução Francesa.

Na concretização das duas empresas bélicas portuguesas na América, perante objectivos diferentes, as actuações foram homogéneas. É que em tudo se sentia a presença e o auxílio material da Inglaterra, à qual convinha derrotar a França, fosse por meio do domínio português sobre a sua colónia sul-americana, fosse numa possível sobrevivência da Casa de Bourbon no Prata, na pessoa de Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII. O que parece claro é que, no Brasil da segunda década do século XIX, eram as conveniências políticas europeias que comandavam a política externa da Corte.

#### *A Guiana Francesa*

O «Manifesto» assinado pelo Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro, em Maio de 1808, pelo qual declarava guerra a Napoleão, anulava todos os acordos e tratados anteriores entre Portugal e a França, deixando aberto

---

<sup>3</sup> Vicente de Almeida Eça, *A Abertura dos Portos do Brasil*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1908.

o caminho para uma invasão da Guiana Francesa, com a justificação do restabelecimento de limites, segundo as antigas reivindicações portuguesas, o que reforçaria também a defesa do litoral do Norte brasileiro, que era uma das preocupações fundamentais do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Interessava ainda eliminar qualquer estabelecimento francês na América. Isto explica o carácter não imperialista, isto é, sem objectivos de conquista do ataque português no Norte, contrariamente ao que se passou no Sul, com a ocupação do Uruguai. A expansão na área francesa não se estendeu muito além dos antigos limites do rio de Vicente Pinzón (ou Oiapoque).

Contando com o apoio de uma força naval inglesa, o Governador e Capitão-general do Pará, José Narciso de Magalhães e Menezes, organizou uma expedição que se reuniu na Ilha de Marajó sob o comando do Tenente-coronel Manuel Marques de Elvas Portugal. Os dois contingentes aliados ocuparam em Novembro de 1808 a margem direita do Oiapoque, encontrando pouca resistência, e aproximaram-se da capital, Cayenne, onde os aguardava uma força organizada pelo Governador francês Victor Hugues. A capitulação verificou-se dois dias depois, embarcando para França os oficiais e autoridades francesas. Os termos da capitulação foram criticados pelo Governador do Pará, que não concordava com eles, sobretudo no tocante à libertação dos escravos, os quais se incorporaram no exército aliado, e quanto à vigência do Código Napoleónico, preferindo o estabelecimento de áreas jurídicas nas quais a autoridade de D. João pudesse agir. Não entanto, em Janeiro de 1809 assinavam-se os termos da posse definitiva da Guiana por Portugal. Mas aquele território nunca foi declarado oficialmente parte do território brasileiro, conservando os guianenses o seu vínculo às leis francesas e não às portuguesas.

Após a administração provisória do General conquistador, Manuel Marques, iniciou-se a gestão como Governador da Guiana, do Desembargador João Severiano Maciel da Costa, que era natural de Minas Gerais. A sua administração decorreu entre 1810 e 1817 e Maciel da Costa revelou-se um excelente administrador, modernizando o centro urbano de Cayenne. A possibilidade da perda da Guiana começou a surgir em 1814, no Tratado de Paris, quando, após a derrota de Napoleão e sob o governo de Luís XVIII, Talleyrand tentou a revalidação dos limites estabelecidos em 1797 entre a Guiana e o Brasil. Perante a recusa dos portugueses, o problema foi retomado no Congresso de Viena (1815), quando Portugal pretendeu trocar a Guiana por Olivença. Mas a verdade é que tinha deixado de ter sentido conservar a longínqua conquista, tanto mais que, com o regresso da Monarquia à França, a Guiana, para a Corte do Rio de Janeiro, do que um foco de irradiação de ideias revolucionárias. Se em Viena nada se conseguira em

relação a Olivença, quanto à Guiana, os limites foram fixados como Portugal pretendia, isto é, pelo Oiapoque. O já rei D. João VI abandonou Cayenne em 1817, depois de um novo acordo entre a França e Portugal.

### *Os territórios da margem direita do Rio da Prata*

Quanto aos territórios da margem oriental do Rio da Prata, tudo foi mais complexo. Temia-se, antes de mais, que, em consequência da presença napoleónica em Espanha, também do Sul pudessem irradiar as ideias dos franceses. Havia, por outro lado, o velho sonho de estender o domínio português até ao estuário platino. Por essas duas preocupações, após a sua chegada ao Brasil, D. João ofereceu protecção ao *Cabildo* de Buenos Aires, no caso de qualquer ameaça de Napoleão, o que foi aceite. Logo após chegar ao Rio de Janeiro, em Março de 1808, D. João escolheu D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, para ministro dos Negócios Estrangeiros. A 13 de Março de 1808, em nota ao *Cabildo* de Buenos Aires, D. Rodrigo de Sousa ofereceu a protecção do Príncipe Regente aos povos do Rio da Prata, com o pretexto de terem sido abandonados pela Espanha, dominada pela França. Garantia que tal protecção lhes conservaria todas as isenções e jurisdição e que não seriam agravados com novos impostos. O *Cabildo* aceitou a oferta e que contava pudessem evitar a ruína do seu comércio. Por outro lado, preservaria a região do Rio da Prata às consequências que se pressentiam na mensagem de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, quando este insinuava que o príncipe Regente poderia obrigar a aceitação da protecção oferecida, com toda a força de suas armas e com as dos seus aliados.

O Brigadeiro Joaquim Xavier Curado foi enviado como emissário ao Rio da Prata. De acordo com as suas instruções, partiu para o Rio Grande do Sul, para daí se dirigir a Montevidéu, onde se iniciariam as negociações, e depois a Buenos Aires. O principal objectivo da missão era tentar os Governadores para o fim de unir aquela região ao Real Domínio. Em ambas as cidades teria o emissário de sondar se a opinião pública era favorável ou não à entrega do Vice-Reinado à protecção portuguesa, e de examinar o estado de suas forças militares. A acção do emissário, no Rio da Prata, deveria ser no sentido de consolidar a protecção oferecida e ampliá-la, convertendo-a em união daqueles países ao Domínio Real. A 29 de Abril, antes de Curado passar a fronteira, o *Cabildo* recusava as propostas portuguesas, consideradas como afronta. Ao chegar a Montevidéu, já o emissário português encontrou prejudicado o objectivo principal de sua missão. Falou com o Governador Elío, mas não levara credenciais. Por este motivo não o que-

ria receber em Buenos Aires o Vice-rei Liniers. Respondeu-lhe o ministro a 26 de Julho, enviando-lhe uma carta para ser entregue a Liniers, na qual lhe pedia que ouvisse o emissário, que estava autorizado a fazer-lhe propostas. E ao militar ordenou que, no caso de recusa do espanhol, voltasse ao Rio Grande do Sul, depois de notificar a Liniers. Este persistiu na sua recusa, e Curado, cumprindo ordens, enviou-lhe de Montevidéu, a 2 de Setembro, uma notificação e retirou-se para o Rio Grande, onde, convencido de que o Vice-Rei preparava uma invasão por Cerro Largo, avisou o Marechal Manuel Marques de Sousa da necessidade de fortificar as fronteiras da capitania, com reforços de S. Paulo e Santa Catarina.

Em Agosto de 1808 chegava ao Rio de Janeiro a notícia da revolta espanhola contra Napoleão. A Espanha passava de inimiga a possível aliada de Portugal. Os motivos que justificavam a política agressiva da primeira quinzena de Março, já não existiam em Agosto. Assim, a 22 deste mês, D. Rodrigo adaptou à nova situação política da península as instruções do Marechal Curado. O ministro referia a alteração política ocorrida na Península, colocando a hipótese de uma aliança de Portugal com Espanha. Devia, portanto, entregar nova carta ao vice-rei, assinada pelo próprio D. Rodrigo, em que este lhe assegurava a desistência do Príncipe Regente das suas pretensões; mas esperava que Liniers se mostrasse fiel aos seus soberanos, e que, reconhecendo os direitos de Suas Altezas Reais a Princesa Nossa Senhora e o Sereníssimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, concorresse com os mesmos para a conservação da monarquia espanhola. O Marechal Curado deveria demorar-se no Rio da Prata, se julgasse útil a sua permanência. Mas Curado já se encontrava de volta ao Rio Grande do Sul. A sua missão foi um malogro.

#### *D. Carlota Joaquina*

A «Princesa Nossa Senhora», a quem se referia D. Rodrigo de Sousa, era D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV, mulher do Príncipe Regente D. João.

As notícias do Motim de Aranjuez, da abdicação de Carlos IV, da realza de Fernando VII, das abdições de Bayona e do 2 de Maio chegaram ao Rio de Janeiro em Agosto de 1808 e modificaram completamente os planos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho quanto aos povos do Rio da Prata. Na instrução ao Marechal Curado, de Agosto, e na última carta dirigida ao Vice-rei Liniers, já se encontra esta modificação, determinada pela mudança política em Espanha. D. Carlota Joaquina, como filha e irmã dos reis enganados em Baiona, dirige, a 19 de Agosto, ao Príncipe Regente, seu

marido, o apelo *Justa Reclamação*<sup>4</sup>, assinado também pelo Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança. Os dois representantes da Casa Real de Espanha afirmam-se felizes por se encontrarem do lado de lá do Atlântico, denunciam «a irregular conduta do Imperador dos Franceses» em Baiona, e imploram o auxílio do Príncipe Regente, a fim de impedir que Bonaparte praticasse na América as mesmas violações e usurpações, cometidas na Europa. Convidam depois o Príncipe Regente a uma «aliança com os vassallos do rei de Espanha existentes na América», para, juntos, se oporem às investidas francesas contra os americanos do sul. A esta reclamação respondeu D. João, assegurando o seu apoio aos direitos dos infantes, mas também o desejo de efectuar a aliança proposta. No mesmo dia, 19 de Agosto, Carlota Joaquina dirige um manifesto aos fiéis vassallos do Rei Católico, em que dá uma versão muito desfavorável a Carlos IV e Fernando VII, dos acontecimentos de Baiona, apresentando-os como incapazes, uma vez que se deixaram enganar por Napoleão e obrigados à dupla abdição. Porém o mais interessante do manifesto é a explicação das consequências de tais acontecimentos, sendo uma delas a que obrigava a Infanta Carlota Joaquina, como legítima representante na América, a substituir o rei, seu pai, enquanto ele se achasse preso, e a declarar nula a abdição de Baiona. Com isso reclamava o direito de exercer a autoridade paterna nos domínios espanhóis da América e chamava as autoridades a prosseguirem na administração da justiça, na manutenção da tranquilidade pública e na defesa dos domínios espanhóis, até que ela lhes enviasse D. Pedro Carlos, autorizado interinamente a regular os assuntos de governo desses domínios. Considerava-se, na prática, a regente do trono, pelo menos na América. O Infante D. Pedro Carlos aproveitou-se do momento para, em outros manifestos aos fiéis vassallos do tio, reforçar as pretensões da prima.

Estes documentos foram impressos e difundidos pelas autoridades coloniais espanholas. D. Rodrigo de Sousa enviou-os a 22 de Agosto ao *Cabildo* de Buenos Aires e ao Vice-rei Liniers, mas sem os efeitos desejados. Nas respostas, de 13 de Setembro, tanto o *Cabildo* quanto Liniers afastaram a possibilidade de ingerência da Princesa no governo do vice-reinado, comunicando que já tinham jurado fidelidade a Fernando VII e reconhecido a

<sup>4</sup> Tanto a *Justa Reclamación*, quanto a *Respuesta* e o *Manifiesto*, datados de 19/8/1808, e o *Manifiesto* do Infante D. Pedro Carlos, de 20/6/1808, se encontram publicados, em espanhol, por José Paulo de Figueiroa Nabuco de Araújo, em *Legislação Brasileira em Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões etc., do Império do Brasil desde o ano de 1808 até 1830 inclusive*, t. I, págs. 57 a 61, Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1836.

Suprema Junta como capaz legalmente de governar, durante a ausência do rei, não só a Espanha como nos seus domínios.

Mas a Princesa não desistiu do seu intento, com o apoio de Sir Sidney Smith, comandante da esquadra inglesa que protegera a viagem da Corte portuguesa para o Brasil. É impressionante a actividade Carlota Joaquina, correspondendo-se com inúmeras pessoas. Mas os seus interesses não coincidem, nem com os do marido, nem com os do aliado inglês. Em Novembro de 1808 chegou à Guanabara uma fragata de guerra espanhola, *La Prueba*. Carlota Joaquina, de acordo com Sir Sidney Smith, concebeu um plano que consistia em ser transportada ao Rio da Prata, na fragata, para ali instalar a regência, protegida pelo almirante inglês. Ao expor o plano, a 19 de Novembro, a D. João, dizia que as críticas circunstâncias, em que se achavam Montevideu e Buenos Aires, a obrigavam a partir, e para tanto lhe pedia o consentimento. Parece que, no primeiro momento, D. João deu o consentimento pedido. Mas D. Rodrigo tratou de evitar a partida da Princesa. Por outro lado, Lorde Strangford que, desde Julho assumira o cargo de ministro britânico junto à Corte portuguesa, também se opôs aos planos de Carlota Joaquina. Procurado pelo comandante Somoza, aconselhou-o a partir imediatamente, o que ele fez, a 29 de Novembro.

Nada decidiria o Regente, no tocante ao Rio da Prata, que não estivesse de acordo com o governo inglês ou lhe compromettesse os interesses da própria Coroa. Não agradou a Carlota Joaquina a posição negativa do marido, mas nada havia a fazer. Continuou com as intrigas políticas que sofreram um duro golpe, no ano seguinte, com a substituição de Sir Sidney Smith, no comando da esquadra e o seu regresso à Grã-Bretanha.

#### *A revolução de Mayo*

Em 1809, os partidários de Carlota Joaquina ainda esperavam vê-la no Rio da Prata, como regente, como o prova a *Autobiografia* do general Belgrano, e a correspondência de Felipe Contucci, que representava então em Buenos Aires os interesses da princesa. Mas a situação política do Rio da Prata modificava-se com rapidez. Os acontecimentos, que se sucedem, enfraqueciam as pretensões de Carlota Joaquina. Em Julho chegava a Buenos Aires um novo vice-rei, D. Baltazar de Cisneros, com instruções do governo espanhol no sentido de afastar não só a intromissão portuguesa, mas também a ingerência da Princesa nos negócios do Rio da Prata. No mês seguinte, desembarcou no Rio de Janeiro o Marquês de Casa Yrujo, ministro plenipotenciário do mesmo governo, com a incumbência de acalmar a irrequieta Princesa.



Entretanto chegam novas notícias da Europa. Napoleão não desistira da ocupação da Espanha. Nos fins de 1809 e primeiros meses de 1810, passou à ofensiva. As notícias desses acontecimentos chegaram ao Rio da Prata em Maio de 1810. A 18 deste mês, Cisneros revelou-se à população. As consequências foram imediatas. Convocou-se um *c abildo abierto*. A 22 reuniu-se a assembleia. Cisneros, no dia seguinte, foi deposto. E a 25 de Maio, nova assembleia escolheu a Junta que deveria governar o vice-reinado, que se desmoronava. Ainda que, na proclamação de 26, os membros da Junta, presidida por Comelio Saavedra, afirmassem a sua fidelidade e adesão a Fernando VII, data desse momento a independência argentina, pois, desde então, se desligou completamente da tutela espanhola. Porém, o centro do vice-reinado, que era Buenos Aires, e de onde partira todo o movimento revolucionário, não teve força para atrair as províncias do Paraguai e Uruguai.

A Junta de Buenos Aires não comunicou de imediato a sua instalação ao governo português, mas fê-lo a Lorde Strangford. Antes que tal comunicação chegasse ao Rio de Janeiro, já o Conde de Linhares tinha enviado o italiano Carlos José Guezzi a Buenos Aires, na qualidade de agente secreto, para oferecer a mediação portuguesa no conflito entre a Junta e o governador de Montevideu. A missão falhou porque Guezzi era bem conhecido em Buenos Aires. E a chegada do ex-espião, convertido em diplomata, causou surpresa mas ninguém o tomou muito a sério. No Paraguai, o Governador D. Bernardo Velasco não teve pressa em responder à participação da Junta de Buenos Aires. Convocou, de acordo com o *Cabildo*, os notáveis da terra, que se reuniram em assembleia e deliberaram, a 24 de Julho de 1810, reconhecer o Supremo Conselho da Regência, por legítimo representante do Rei D. Fernando VII; guardar a harmonia e fraternal amizade em relação à Junta de Buenos Aires, sem lhe reconhecer a pretendida superioridade; organizar a defesa militar do próprio Paraguay. A Junta não se conformou com esta decisão e resolveu submeter pelas armas a Província, que se mantivera fiel à Espanha. Os paraguaios enfrentam o exército invasor comandado pelo General Belgrano, vencendo-o em Paraguay, em Janeiro, e em Tacuari, em Março de 1811. A invasão de Belgrano, porém, possibilitou o entendimento do governador com D. Diogo de Sousa, Capitão-geral do Rio Grande do Sul. O Tenente José de Abreu foi enviado a Assunção, por D. Diogo, com o objectivo de oferecer o auxílio português. Velasco aceitou o oferecimento e afirma, em conversa com o futuro Barão do Cerro Largo, que não reconheceria outro sucessor à coroa espanhola senão D. Carlota. Mas foi esse acto de Velasco que apressou a sua queda e a dos realistas, bem como a emancipação da Província. As negociações de Abreu foram interrompidas pelos

novos dirigentes. E em ligar da aliança, já quase concluída, voltou o emissor com uma nota dirigida a D. Diogo de Sousa, em que o novo governo esclarecia a situação do Paraguai em relação à Junta de Buenos Aires, enviando cópia da capitulação de Belgrano. Acrescentava que o Paraguai tinha meios de se defender por si, necessitando apenas de 600 espingardas. Os signatários eram claros e não admitiam qualquer intromissão de outro governo. D. Diogo respondeu, dizendo que, só depois de o governo paraguaio provar a sua adesão a Fernando VII e aos seus sucessores e de restabelecer Velasco no cargo de governador, é que forneceria o auxílio, não só das armas solicitadas, mas também de tropas do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso. Velasco foi deposto em Junho de 1811 e daí em diante o Dr. José Gaspar de Francia iniciava a sua ascensão à ditadura perpétua, que obteve em 1816, firmando definitivamente a independência da Província.

#### *A primeira Invasão portuguesa*

No Uruguai, o processo de que resultaria a independência da Província, tanto de Espanha quanto de Buenos Aires, foi mais lento. Nos últimos dias de Maio de 1810 chegava a Montevideu a participação da Junta de Buenos Aires das ocorrências que acabavam de modificar o panorama político do vice-reinado, com a constituição da Junta Governativa e a deposição de Cisneros. Reuniu-se o *cabildo abierto* e este não se manifesta favorável ao movimento. Pouco depois D. Gaspar Vigodet é investido do cargo de Governador de Montevideu, ocupado anteriormente por D. Francisco Xavier Elío, e este último, em Janeiro de 1811, regressou de Espanha, nomeado vice-rei. A Junta de Buenos Aires não reconheceu a autoridade do novo vice-rei nem das Cortes Gerais de Espanha que o nomearam. Elío não desistiu e procurou sem sucesso um acordo com a Junta. Depois desse malogro, Elío tomou uma posição mais dura para enfrentar Buenos Aires, bloqueando o porto e autorizando o corso.

Do território do vice-reinado apenas Montevideu e Colónia lhe obedecem. Como figura principal na luta contra os espanhóis no Uruguai, surge D. José Artigas que, reconhecendo a Junta de Buenos Aires, arregimentou soldados para combater Elío. Mas a Junta de Buenos Aires não lhe deu o comando, mas sim, a Belgrano, que, de regresso do Paraguai, recebeu ordem de transpor o Uruguai. Foi Artigas, no entanto, quem investiu com a vanguarda do exército de Rondeau, que substituíra Belgrano no comando, e venceu os espanhóis em Las Piedras, em 18 de Maio de 1811. Isolado Elío em Montevideu, iniciou-se o primeiro sítio da cidade.

Esse movimento de tropas em torno do Rio Grande inquietou o governo português, sabendo-se que Artigas tinha como objectivo a reconquista das Missões. Por duas vezes ofereceu o Conde de Linhares a mediação portuguesa, rejeitada pela Junta de Buenos Aires. Por outro lado, Elío pediu ajuda a D. João.

Mas Strangford opunha-se à prestação de auxílio solicitado, pelo interesse que tinha na emancipação das colónias espanholas. A economia inglesa necessitava de novos mercados, e Strangford acabava de obter pelo Artigo 15 do Tratado de 19 de Fevereiro de 1810 um regime privilegiado para as mercadorias inglesas entradas no Brasil. O seu objectivo era estender pela América do Sul o mesmo privilégio. Por isso, o ministro britânico opunha-se a qualquer auxílio, mas, apesar disso a ajuda foi dada a D. Francisco Xavier Elío, na qualidade de vice-rei. Em Julho de 1811 as tropas portuguesas, estacionadas em Cerro Largo, marchavam em direcção a Montevideu, sob o comando de D. Diogo de Sousa. O Marquês de Casa Yrujo, que apoiava inicialmente o socorro português, passou a criticar duramente o Conde de Linhares e o próprio Príncipe Regente, afirmando que D. João se queria apoderar da margem esquerda do Rio da Prata. No entanto, ao mesmo tempo, Casa Yrujo enviava a Linhares uma nota sobre os revolucionários de Buenos Aires e o bloqueio ordenado pelo Vice-rei Elío. A resposta de Linhares versou principalmente sobre a política do Príncipe Regente, que consistia em não se envolver oficialmente dissensões internas da América espanhola, a não ser que ameaçassem o território de Montevideu aquém do Paraná e do Paraguai, antes de chegar uma resposta decisiva dos governos de Espanha e da Inglaterra. A 7 de Junho de 1811, o Conde de Linhares comunicava a Casa Yrujo a resolução do Príncipe Regente de intervir com tropas portuguesas, não só pelo facto de a guerra civil entre os vassallos do rei de Espanha, ter produzido uma anarquia na fronteira brasileira, mas ainda em virtude do socorro pedido pelo Vice-rei Elío. Prometia, contudo, que as tropas portuguesas apenas permaneceriam o tempo absolutamente necessário para que se efectuasse a pacificação da região e que depois se retirariam.

D. Diogo de Sousa entrou em território uruguaio, atravessando-o até Maldonado, que ocupou. Mas Elío recuou em se apoiar nas tropas portuguesas, e iniciou negociações com Buenos Aires, que também facilitou o acordo, por se ver ameaçada pelo exército espanhol, comandado por Goyeneche, que vinha do Alto Peru. Foi assinado o armistício a 20 de Outubro de 1811, retirando-se Rondeau para Buenos Aires e Artigas para o Salto no Rio Uruguai, libertando-se, Montevideu do seu primeiro cerco. Os signatários dispuseram das tropas portuguesas determinando-lhes o regresso ime-

diato ao Rio Grande do Sul. Elío, depois de ter pedido e recebido o auxílio do Rio de Janeiro, actuava como se nada tivesse ocorrido. Logicamente, D. Diogo de Sousa não se sentiu vinculado a um armistício que não assinara. O governo de Buenos Aires mandou Manuel Sarratea em missão ao Rio de Janeiro para conferenciar com Lorde Strangford e dessas conversas resultou a missão a Buenos Aires do Tenente-coronel João Rademaker, que exercera o cargo de encarregado de negócios na Dinamarca e era, então, preceptor dos príncipes. Em Janeiro de 1812, morria o Conde de Linhares, o que também irá influenciar a política portuguesa na região.

Rademaker, a 26 de Maio negociou um o armistício ilimitado em nome do Príncipe Regente. Mas a pressa, com que esse armistício foi concluído provocou as maiores reservas no Rio de Janeiro até porque as instruções dadas por Portugal não tinham sido cumpridas. Havia toda a vantagem, para a defesa e a integridade do Rio Grande, de continuar a ocupação dos vários pontos da Banda Oriental como a fortaleza de Santa Teresa, o Cerro Largo e a margem do Uruguai, desde o Salto para o norte.

#### *A segunda invasão portuguesa*

O armistício de 20 de Outubro de 1811 entre os espanhóis de Montevideu e o governo de Buenos Aires não durou muito. Manuel Sarratea foi nomeado general-chefe e reuniu-se a Artigas para o reinício das hostilidades, distinguindo-se nessas lutas Fernando Ortogues e Frutuoso Rivera. Mas, somente em 20 de Junho de 1814, os espanhóis de Montevideu capitulavam depois de atacados pelo Almirante Brown. Buenos Aires, porém, não chegou a acordo com Artigas, que procurava libertar a Província, e a luta contra os espanhóis, substitui Artigas por outra, contra Buenos Aires. Em 1815, Rivera ovteve, em Guaybo, uma vitória sobre Dorrego, e Orfoques entrava em Montevideu, afastando do governo Vedia, representante de Buenos Aires.

Em Buenos Aires, sucediam-se as mudanças de governo. Pensam em encontrar um rei na Europa, que lhes viesse recompor territorialmente o antigo vice-reinado. Belgrano e Rivadavia, em 1814, partem com esta incumbência. Entretanto, na Europa ocorreram grandes mudanças entre 1812 e 1816. Napoleão caíra e a política europeia reorganizou-se segundo o modelo estabelecido no Congresso de Viena. Portugal, no entanto, não conseguira concretizar as suas pretensões, tanto no que respeita à Guiana como a Olivença. A situação de Artigas será o pretexto para uma nova intervenção portuguesa, com o objectivo de afastar aquela ameaça do Rio Gran-

de do Sul. De Lisboa foram enviados reforços militares. A 30 de Março de 1816, dez dias depois da morte da rainha D. Maria I, chegou ao Rio de Janeiro a Divisão dos Voluntários Reais de El-Rei, comandada pelo Tenente-general Carlos Frederico Lecor, que partiram para o Rio Grande no dia 12 de Junho. O objectivo era ocupar a Praça de Montevideu com o território aquém do Uruguai, e formar dele uma capitania com governo separado e interino. No dia 5 de Junho Lecor foi nomeado governador e capitão-general de Montevideu.

Do Rio de Janeiro partiu Lecor para Santa Catarina. Em Setembro estava em Porto Alegre, coordenando o plano de operações com o Marquês de Alegrete que substituíra D. Diogo de Sousa, na capitania do Rio Grande do Sul. Artigas preparava-se, entretanto para invadir o território rio-grandense, com o objectivo de reconquistar as Missões e atacar o Marquês de Alegrete. Os portugueses entraram em território uruguaio e Lecor, com cerca de 6.000 homens, seguiu pelo litoral. A 19 de Novembro de 1816, a vanguarda comandada pelo General Sebastião Pinto de Araújo Correia derrotou Frutuoso Rivera em Índia Muerta, deixando livre o caminho de Montevideu. Por seu lado, o Tenente-coronel José de Abreu partiu para Missões para fazer frente a Andrecito, obrigando-o a levantar o sítio de S. Borja, onde se defendia o Brigadeiro Chagas dos Santos. Em Ibirocaí, a 19 do mesmo mês, o Brigadeiro João de Deus Mena Barreto venceu o Coronel Verdum. A 27 de Outubro, o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares derrotou uma força comandada pelo próprio Artigas. Esta sucessão de vitórias portuguesas foi decisiva. O general Lecor continuou a sua marcha e a 18 de Novembro acampava perto de Montevideu. No dia seguinte, uma deputação vinda de Montevideu, composta de D. Benito Blanco, D. Luís de Ia Rosa Britos e pelo Vigário Apostólico, D. Dámaso Larranaga, entregou-lhe a chave da cidade e oferecendo-lhe a mais completa adesão ao governo português. No dia 20 de Janeiro, Lecor entrou em Montevideu, mas a guerra irá continuar por mais alguns anos. A 2 de Janeiro de 1817, o Tenente-coronel José de Abreu destruiu o acampamento de Artigas no Arapeí. A 4 do mesmo mês, a divisão do General Curado aniquilou as forças artiguistas, comandadas por La Torre, nas margens do Catalán. A última batalha, em que Artigas foi definitivamente derrotado pelos portugueses, travou-se em Taquarembó, a 22 de Janeiro de 1820, vencendo-a o Conde da Figueira, Capitão-general do Rio Grande do Sul. Pouco depois, derrotado também em Entre Rios pelo seu antigo subordinado Ramírez, Artigas refugiou-se no Paraguai.

Os artiguistas que sobreviveram permaneceram no Uruguay e acabaram por desaparecer completamente, com a prisão dos seus chefes, como acon-

teceu a Andrecito, ou com a incorporação ao exército português, como foi o caso da Fructuoso Rivera, que se apresentou às autoridades portuguesas com 400 homens com cavalos e armas.

### *O governo do General Lecor*

Lecor mostrou-se hábil nos três anos em que governou Montevideu. Ocupada a praça pela livre entrega de seus dirigentes, deu instruções que garantissem a segurança de pessoas e propriedades a todos os habitantes, sem distinção, a conservação das patentes e salários aos governadores, oficiais da praça e tropas. A conversação dos cabildos era regra a ser observada não só em Montevideu, mas ainda em todos os povos em que existissem aqueles órgãos. Protegiam as instituições e as liberdades locais procurando evitar dissensões partidárias. Lecor procurou captar simpatias em apoio da dominação portuguesa, mais pela habilidade e promessas do que pela força, de que não usou para governar. Somente com Artigas a diplomacia de Lecor falhou. Lecor ainda tentou um acordo com Artigas, por intermédio de um irmão, Manuel Artigas, que fora detido em Montevideu e que ficou ao serviço de Portugal com o soldo de coronel. Mas sem sucesso.

Não foi menos hábil a acção da diplomacia portuguesa na Europa, quando a Espanha pretendeu opor-se à conquista do Uruguai, procurando a mediação das potências da Santa Aliança. No Rio de Janeiro, o representante espanhol protestou. O ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, João Paulo Bezerra respondeu sublinhando que o governo espanhol nada fizera para manter a ordem nos territórios fronteiros ao Brasil. A discussão prolongou-se por alguns anos, como a própria conquista. Estas propostas objectivavam a protelação do negócio, a fim de aprontar a expedição com que pretendia recuperar as províncias do Rio da Prata. As potências mediadoras, pelos seus plenipotenciários, acabaram por reconhecer que o governo português tinha feito o possível para um acordo, no sentido de entregar o território conquistado, mediante o pagamento de 7.500 francos, a título de indemnização, e a celebração de um tratado de limites.

Portugal consolidava a sua posição no território do Uruguay. O General Lecor, agora Barão de Laguna, desenvolveu uma acção inteligente e e no sentido de encontrar forma que legalizasse a conquista. Mas a história dessa região a partir desse momento situa-se fora dos limites cronológicos esta nossa intervenção. O Brasil pôde assim anexar, em 1821, a região, com o nome de Província Cisplatina. Lécor conseguira, com o apoio do Conselho Municipal de Montevideu e de representantes de várias outras localidades,

que legitimasse a anexação, dando-lhe um sentido, não de conquista, mas de incorporação no Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, de um Estado Cisplatino que tinha sido constituído com a aprovação de um Congresso Nacional do Estado Oriental do Rio da Prata.

O Brasil ganhava uma província-tampão –e isso até 1828, quando ela se tornaria independente– que o protegia da Confederação Argentina.

### *Conclusão*

A Guerra Peninsular ou da Independência teve, assim, profundas consequências para a América Portuguesa. Por u lado, Portugal conquistou a Guiana Francesa, que teve depois de devolver. Derrotado Napoleão e redefinido o novo mapa político da Europa, a França monárquica já não era um inimigo. Mas, no que respeita à Banda Oriental do rio da Prata, a questão foi diferente. A incapacidade espanhola em controlar as sublevações locais serviu de pretexto para as autoridades portuguesas do Rio de Janeiro justificarem uma intervenção naquela região com o argumento de autodefesa contra Artigas e os seus seguidores. A conquista de Montevideu pelos portugueses deu origem à criação de um Estado Cisplatino que será um foco de conflitos tanto diplomáticos entre Portugal e Espanha, como militares, na região, envolvendo argentinos, uruguaios e portugueses. Esta é uma dimensão quase ignorada da Guerra Peninsular na sua projecção em terras americanas.

## BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

TEIXEIRA BOTELHO, J. J.: *O Domínio Português no Uruguai e a Campanha de Montevideu*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.

DE Q. DUARTE, Paulo: *Lecor e a Cisplatina 1816 – 1828*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1984.

TORRES HOMEM, J. S.: *Anais das Guerras do Brasil com os Estados do Prata e Paraguai*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1911.

OLIVEIRA LIMA: *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1945, 3 volumes.

DE ATAÍDE MALAFAIA, Eurico: *O Brasil e a Fronteira da Guiana Francesa: Notas históricas 1500 – 1900*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2002.

PEREIRA, Ângelo: *D. João VI Príncipe e Rei*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, Volumes I (1943) e III (1946).

FERREIRA REIS, Artur César: *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Amapá, Imprensa Oficial, 1953.